

MOÇÕES APROVADAS NO 10º ENCONTRO NACIONAL GUARAPARI – 18, 19 E 20 DE AGOSTO DE 1995

MOÇÃO DE REPÚDIO AO VATICANO PELA PUNIÇÃO DE LVONE GEBARA

Nós, militantes petistas presentes ao 10º Encontro Nacional do PT manifestamos nosso repúdio à decisão do Vaticano de punir a irmã Ivone Gebara por ter defendido em entrevista concedida à revista Veja, em 1993, a descriminalização e legalização do aborto.

Ivone Gebara é um importante nome do “feminismo católico” e adepta da Teologia da Libertação. Em sua atuação, trabalha com mulheres pobres da periferia de Recife.

No mês seguinte à entrevista, a Arquidiocese de Olinda e Recife solicitou ao Vaticano a punição da freira. O Vaticano encaminhou o caso ao então presidente da CNBB, que, após ouvir Ivone Gebara, resolveu encerrar o processo. No início de 1995, outros bispos brasileiros fizeram um dossiê com escritos de Gebara e o enviaram ao Vaticano, solicitando a abertura de um novo processo. Este processo foi o que gerou a punição. Gebara terá que ficar dois anos na Europa estudando teologia. Nesse período, ela não poderá manifestar-se publicamente nem conceder entrevistas. A decisão sobre Gebara foi tomada por duas congregações do Vaticano: a dos Religiosos e a da Doutrina da Fé.

A superiora de Gebara afirmou que ela deverá começar a cumprir a punição em setembro.

Reafirmamos nosso repúdio a essa atitude repressiva do Vaticano, que já se manifestou em outras ocasiões, e que agora atinge aquelas que, dentro da Igreja, questionam as posições conservadoras do Vaticano sobre os direitos das mulheres.

O Partido dos Trabalhadores se solidariza com Ivone Gebara pela sua coragem na defesa dos direitos das mulheres.

MOÇÃO DE APOIO CONTRA A EXECUÇÃO DE ABU JAMAL NOS EUA

Lutar pela liberdade e vida de Abu Jamal significa para nós, negros brasileiros, lutar pelo direito fundamental do ser humano, o direito à vida, direito que nos é negado a todo instante. A conquista da liberdade só depende de nossa autodeterminação e de nossa ação militante, denunciando o genocídio e criando condições para transformar esse quadro de terror que extrapola os requintes nazistas.

Abu Jamal é um líder negro, um jornalista que sempre usou de seu ofício para desmoralizar o sistema racista norte-americano. Lutando arduamente por dignidade de mulheres, crianças e homens. Esse foi seu único crime garantir sua liberdade e de seus irmãos.

O pensamento que garante a morte de Abu Jamal nos EUA é o mesmo que corre pelas cabeças de juízes, parlamentares e tribunais do Brasil. Porém, o cinismo do sistema brasileiro mata na calada, os policiais “não vão para prender, vão para matar mesmo”.

“De janeiro de 1970 a junho de 1992, 4.179 pessoas foram mortas pela Polícia só em São Paulo, 57% delas não tinham antecedentes criminais” (dados: Relatório OAB para apuração de execução sumária em SP).

Alguns políticos e juristas neonazistas de plantão no Brasil tentam institucionalizar a pena de morte, mas para nós, negros, ela já é um fato cotidiano... somos vítimas preferenciais do extermínio diário. A polícia, no nosso caso, julga e executa com a omissão da sociedade que dá justificativas para a limpeza étnica.

“Só no ano de 1992 (até outubro), a Polícia Militar paulista matou 1.194 indivíduos, sem contar a chacina dos 111 detentos do Carandiru, e que dá a média de uma pessoa por dia a cada seis horas” (ibidem).

Somos vítimas preferenciais, se não as únicas, da máquina de guerra do Estado branco e racista brasileiro. Vivemos só na mira de armas que,

contraditoriamente, são pagas pelos nossos impostos. Todos os negros estão na mira.

Segundo a CPI Federal da Criança e do Adolescente, “a cada dia, quatro crianças em média foram assassinadas, aumento de vítimas onze vezes superior ao genocídio contra os mulçumanos na Bósnia. A cada 40 horas, portanto, uma chacina como a da Candelária é perpetrada no Brasil” (ibidem).

O projeto de genocídio segue seu curso, e a sociedade se cala sinistramente. O sistema penitenciário é um caos. Tortura, doenças, superlotação fazem dali uma fábrica de atrocidades.

Os grupos de extermínio, os policiais e militares envolvidos em casos de tortura e assassinatos gozam os privilégios da chamada justiça militar.

“Policiais civis e militares no Brasil são inocentes até que são provados inocentes, uma vez que são julgados pela própria corporação que normalmente procura isentá-los, muitos deles são promovidos durante o processo” (ibidem).

Nossa indignação é verdadeira, não lágrima com cebola a regar mentiras.

Reaja ou será morto

Pela liberdade de Abu Jamal nos EUA

Pelo fim do genocídio do povo negro no Brasil

Contra a impunidade

Pelo julgamento de policiais na justiça comum

Contra a pena de morte

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Nós, delegados ao 10º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado nos dias 18, 19 e 20 de agosto de 1995, em Guarapari/ES, nos solidarizamos com a luta dos povos e organizações indígenas, pela garantia dos seus direitos, sobretudo a demarcação de suas terras.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Ministro da Justiça Nelson Jobim, vem divulgando sua intenção de modificar o Decreto 22/91, que dispõe sobre o procedimento administrativo para demarcação das terras indígenas, argumentando que o referido decreto contém “vícios de inconstitucionalidade”.

Essa medida reforçará ainda mais os interesses privados incidentes em áreas indígenas que historicamente têm sido um dos principais responsáveis pela destruição dessas populações.

A constitucionalidade do Decreto 22/91 está sob análise do Supremo Tribunal Federal – STF. A morosidade da Justiça, a indecisão de FHC e a postura do Ministro Nelson Jobim de adiamento dos processos administrativos que regularizam as terras indígenas, reforçam a ação de setores conservadores e antiindígenas na Reforma Constitucional – setores estes que têm apresentado emendas à Constituição Federal propondo a redução drástica dos direitos indígenas – e também propiciam condições para que as terras sejam invadidas e violências praticadas contra esses mesmos povos.

A exemplo do que se verifica com os trabalhadores da cidade e do campo, os índios estão submetidos a uma orientação política neoliberal que desconsidera os graves problemas sociais. Essa política, principal responsável pelo empobrecimento do país, em especial, dos povos indígenas, tem resultado no aumento da desnutrição, das doenças e do total abandono.

O respeito aos povos indígenas reconhecidos na Constituição Federal significa que as ações de governo devam sair da retórica e materializar-se em ações efetivas. O momento é decisivo, a revogação do Decreto 22/91 e a paralisação das demarcações põem em risco a sobrevivência física e cultural de mais de duzentos povos indígenas.

Toda a solidariedade do Partido dos Trabalhadores aos Povos e Organizações Indígenas!

MOÇÃO

EM DEFESA DO POVO CUBANO

O 10º Encontro Nacional do PT reafirma sua solidariedade à luta do povo cubano contra o agressivo e criminoso bloqueio imposto pelos EUA, que marginaliza e tenta derrubar a autonomia e autodeterminação do povo cubano e sua luta.

É preciso denunciar os projetos de lei que tramitam hoje no Congresso Americano, que podem atacar ainda mais a luta do povo cubano, em particular a revogação da lei Torricelli e rejeição da Lei Helms-Burton, que aprofundam o bloqueio.

Articular ações contra o bloqueio no partido, nos movimentos, procurando ampliar a solidariedade em defesa das conquistas históricas do povo cubano, com comitês e atividades públicas que incrementem doações, remédios e ajuda material, expressão da solidariedade.

– Declarar 1995 ano internacional José Martí contra o bloqueio.

– Apoiar o 10 de outubro, data do início da luta revolucionária do povo cubano, como Dia Mundial de Solidariedade a Cuba.

Que nossas Administrações Democrático-Populares ampliem os contatos com as experiências em saúde e educação desenvolvidas em Cuba.

Que nossos parlamentares denunciem nos Legislativos o bloqueio contra o povo cubano.

Viva a Luta do Povo Cubano!

Solidariedade à sua Causa!

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DO POVO DE TIMOR-LESTE

Os Delegados reunidos no 10º Encontro Nacional do PT, nos dias 18, 19 e 20 de agosto de 1995, no Espírito Santo, exigem a libertação imediata e incondicional de Xanana Gusmão, líder e símbolo de Timor-Leste; a participação dos representantes da resistência no processo de conversações sob os auspícios da ONU e no respeito pelo direito inalienável à autodeterminação, com retirada total das tropas indonésias do território de Timor-Leste.

Um pouco da história de Timor-Leste

Dados Gerais

- Seu território possui 18.899 Km².
- A distância de Jacarta (capital da Indonésia) é de 2.000 Km e de Darwin (Austrália) é de 600 Km.
- Timor é rico em petróleo, situando-se entre as 20 maiores reservas do mundo.
- A população de Timor-Leste era de 700.000 habitantes em 1973. Calcula-se que mais de 200 mil pessoas tenham sido assassinadas pela ditadura indonésia.
- A população fala o “Tetum” como língua nacional, também falam vários dialetos e o português, como língua oficial.
- A religião católica tem grande expressão entre os timorenses (mais de 90%).

História

- A primeira invasão ocidental se deu em 1515, foi chamado “descobrimento” português.
- Em 1651, os holandeses invadiram a parte ocidental da ilha, que foi anexada pela Indonésia em 1945 (depois da Segunda Guerra Mundial).

– A população resistiu ao colonialismo, e uma série de rebeliões sangrentas aconteceram entre 1894 e 1912, que conduziram a uma “pacificação” efetiva.

– Em 14/12/1960, sob a resolução 1514, Timor-Leste foi considerado pela ONU território não-autônomo, sob administração portuguesa.

– Entre 1945 e 1974, a Indonésia, em obediência ao Direito Internacional, afirma à ONU não ter quaisquer reivindicações sobre o território.

– Após a “Revolução dos Cravos” em 25 de abril de 1974, Portugal, no processo de descolonização, cria em 27/07/74 uma Comissão para a Autodeterminação, “aceitando a independência”.

– Em 3/8/74, Portugal entrega à ONU um memorando afirmando a disposição em cooperar com a independência das ex-colônias.

– Portugal nunca exerceu forte domínio sobre o território de Timor-Leste. Sempre recebeu grande oposição dos povos naturais da ilha.

Organização Partidária

– Após 25 de abril, os timorenses começaram a se organizar partidariamente. Neste momento foi criado, entre outros, 2 partidos políticos de fortes raízes populares:

UDT – União Democrática Timorese

FRETILIN – Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste.

– Outra instituição denominada de APODETI (Associação Popular Democrática de Timor) que propunha a anexação de Timor Leste à Indonésia, também foi criada. A Indonésia financiava esta associação para servir, especialmente, na consolidação da invasão.

O objetivo para os 2 partidos era a independência, e isso unificava-os, possibilitando a realização de uma coligação, que foi desfeita em seguida, pela ação dos serviços secretos indonésios.

– O choque entre os interesses do anexionismo indonésio e dos independentistas, fez com que ocorresse uma tentativa de golpe de estado por parte da UDT, contra a qual a FRETILIN responde, conduzindo a um conflito armado que durou cerca de um mês.

– Ao mesmo tempo que o Timor-Leste passava por uma Guerra Civil, da qual sai vitoriosa a FRETILIN, a Indonésia começava a realizar manobras militares na fronteira de Timor Ocidental.

– Vitoriosa, a FRETILIN declara a independência do país, criando, em 28/11/75, a República Democrática de Timor-Leste.

Invasão indonésia

– A Indonésia celebra, neste ano, 50 anos como país independente.

– Desde 1965 que é regida por uma ditadura fascista e militar liderada por Suharto.

– Em 7/12/1975, a Indonésia invadiu o Timor-Leste. Pouco antes da invasão, o presidente dos EUA, Geral Ford, havia visitado Jacarta, onde possivelmente conheceu e aprovou o plano expansionista.

– A 22 de dezembro de 1975, o Conselho de Segurança da ONU exigiu, ao “Governo da Indonésia que retirasse, sem demora, todas as suas forças do território”. A Indonésia nega a existência de tropas em Timor-Leste.

– Em 17/07/1976, Suharto assinou a lei que integrava Timor-Leste à Indonésia, com base numa assembléia com 28 “representantes” convocados por sua ditadura.

– Calcula-se que durante 5 anos de severos ataques ao povo de Timor-Leste após a invasão, tenham sido assassinadas 200 mil pessoas, entre elas lideranças e militantes da FRETILIN.

– Em 1979, a Indonésia controlava todo o país e acreditava que a FRETILIN estava derrotada. No entanto, ressurgem das montanhas e matas de Timor inúmeros guerrilheiros, liderados pelo símbolo incontestável da resistência do povo Maubere, Xanana Gusmão. Os guerrilheiros, enquadrados nas FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste), da qual Xanana Gusmão é comandante-chefe, ampliam suas operações conduzindo a guerrilha a uma resistência que conseguiu criar ligações com povoações estratégicas, resistindo a inúmeros ataques da ditadura indonésia.

– Os EUA tiveram um claro comprometimento na invasão de Timor-Leste por parte da Indonésia. As armas utilizadas pela Indonésia nas várias investidas eram, em sua maioria, originárias dos EUA.

– A Austrália, país vizinho, também tem mostrado, na prática, seu interesse em apoiar a invasão promovida pela Indonésia, especialmente devido às grandes reservas de petróleo existentes no mar entre Timor e Austrália.

O Massacre de Santa Cruz e a Prisão de Xanana de Gusmão

– A luta do povo Maubere toma proporções mundiais quando, no dia 12 de novembro de 1991, na saída de uma missa em memória de um estudante assassinado pela ditadura, os populares fizeram uma passeata rumo ao Cemitério de Santa Cruz, sendo barbaramente atacados pelas tropas indonésias, que assassinaram mais de 200 pessoas.

– A presença de jornalistas possibilitou filmar o fracasso, o qual foi amplamente exibido, causando um repúdio público por todo o mundo.

– Decorrem conversações entre Portugal e Indonésia no âmbito da ONU, sob o mandato da resolução 37/30 da Assembléia da ONU, de 1992.

– Em 20 de novembro de 1992, Xanana Gusmão, líder da Resistência timorense, foi capturado.

– A atuação de Xanana Gusmão na prisão reitera sua condição de líder. E tal como aconteceu com Nelson Mandela, a Resistência exige a libertação imediata e incondicional de Xanana Gusmão.

Situação Atual

– Depois de 20 anos de guerra, não há solução militar.

– A Resistência expande-se e emerge o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM).

– A causa para a libertação de Timor-Leste ganha apoios, incluindo a Indonésia.

– A iniciativa de paz apresentada pelo CNRM ganha apoios. Ela compõe-se em 3 fases: retirada das forças ocupantes, instalação de um dispositivo da ONU,

autonomia progressiva do território sob os auspícios da ONU e um referendo de autodeterminação.